



Serviço Público Federal  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

TERMO DE REFERÊNCIA 1/2024 - CPL/CE/DE/CE/PLENARIO/CE/CRMV-CE/SISTEMA

## TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01/2024

### COTAÇÃO ELETRÔNICA

*Dispensa de licitação, conforme Art.7º § 4º com base nos Inciso I e II do art.75 da Lei 14.133/2021*

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em manutenção automotiva , para realizar serviços e reposição de peças no veículo RENAULT DUSTER 1.6 FLEX, Ano e modelo 20017, Chassi nº. 93YHSR3H5HJ741020 de placas QBT 4662.

#### 2. DAS JUSTIFICATIVAS

##### 2.1. DA AQUISIÇÃO.

2.1.1. O serviço e troca de peças em caráter de urgência é imprescindível para assegurar o andamento das atividades de fiscalização do CRMV-CE, visando atender as denúncias do exercício da função em clínicas e demais municípios do Ceará.

2.1.2. Considerando a possibilidade de utilizar o que preconiza a IN-SEGES nº 65/2021 Estimativa Concomitante á seleção do Fornecedor, e as mesmas estão de acordo com os Incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/2021 será realizado a seleção da proposta mais vantajosa economicamente para atendimento da necessidade do objeto e da sua urgência em execução.

##### 2.2. DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO COMO COMUM

2.2.1. Considerando que padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, entende-se que a futura contratação se enquadra como de natureza COMUM.

##### 2.3. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

2.3.1. É facultada a realização de um estudo técnico preliminar nos casos de dispensa previstos no art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, conforme consta do art. 14, inciso I da mesma lei.

2.3.2. Diante disso, não se elaborou o ETP no presente caso, considerando que a futura contratação poderá ser realizada por meio de dispensa em razão do valor, vez que o levantamento preliminar de mercado demonstrou que os custos para a execução da futura demanda ficarão no limite do Inciso II do Artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, conforme pesquisa preliminar de mercado indicada no item 2.6 deste instrumento.

##### 2.4. AQUISIÇÃO DO OBJETO POR PREÇO TOTAL

2.4.1. Tendo em vista que em este objeto não é divisível se obriga as admissões da adjudicação por preço global, conforme previsto no art. 06 inciso XXIX da Lei nº 14.133/2021, este serviço deverá ser realizada por VALOR TOTAL, respeitando a mais ampla competição, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

##### 2.5. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/COOP

2.5.1. Considerando se tratar de uma aquisição por meio de dispensa no limite previsto no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, a participação nesta cotação deverá ser restrita às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, conforme art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 c/c art. 6º do Decreto nº 8.538/2015.

## 2.6. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE DISPENSA/COTAÇÃO ELETRÔNICA

2.6.1. Considerando a possibilidade de utilizar o que preconiza a IN-SEGES nº 65/2021 Estimativa Concomitante a seleção do Fornecedor, e as mesmas estão de acordo com os Incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/2021 será realizado a seleção da proposta mais vantajosa economicamente para atendimento da necessidade do objeto dispensando a utilização da plataforma eletrônica do compras governamental.

2.6.2. Embora o CRMV-CE não seja um órgão integrante do SISG, utiliza dos seus módulos de compras por meio de adesão, objetivando ampliar a competitividade e racionalizar os procedimentos relativos a essas compras, além de trazer maior celeridade e transparência aos atos de compras quando não se há a urgência na execução de um serviço ou compra de um bem.

## 2.7. DO LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES E DA PESQUISA PRELIMINAR DE MERCADO

2.7.1. Visando realizar a estimativa para a seleção mais vantajosa para este objeto foi levantado o resultado de três pesquisas in loco que deu origem aos quantitativos e descritivos deste Termo de Referência.

2.7.2. Diante do levantamento preliminar realizado, o valor global a ser contratado é de **R\$ 5.168,50 (cinco mil cento e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)**. Sendo assim, restou enquadrada na hipótese de dispensa de licitação prevista no inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

## 2.8. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

2.8.1. As contratações oriundas das cotações serão formalizadas pela emissão de Nota de Empenho que será comunicada ao adjudicatário, que deverá realizar a entrega na data prevista neste instrumento, nos termos da PORTARIA Nº 306/2001-MPOG, Anexo II - "Condições Gerais da Contratação"

2.8.2. Ademais, é possível a formalização de contratação de fornecimento de bens para entrega imediata e integral, nos termos do art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993, sendo as garantias futuras apenas aquelas previstas na Lei 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

2.8.3. As condições previstas neste instrumento serão parte integrante da futura nota de empenho, devendo ser observadas por parte do fornecedor e do órgão contratante.

## 3 – DA ESPECIFICAÇÃO E DOS QUANTITATIVOS

3.1. Em virtude da dificuldade de indicar o código CATMAT com as especificações exatas para cada item abaixo, o código abaixo apresentado apresenta similaridade com a necessidade.

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	Kit embreagem com atuador	und	1	1.189,00	1.189,00
2	Cilindro embreagem sup	und	1	438,50	438,50
3	Oleo freio Dot4 – 500ml	und	2	41,50	83,00
4	Oleo caixa de macha 75w80 IL Gear 9FE	und	3	99,50	295,50
5	Solvente 101 lata 900ml	und	1	42,50	42,50
6	Estopa peso 100g	und	1	4,50	4,50

7	Anti ferrugem (desoxidante)	und	1	21,50	21,50
8	Amortecedor traseiro	und	2	545,00	1.090,00
9	Kit amortecedor traseiro	und	2	78,50	157,00
10	Serviço de embreagem com remo agregado	und	1	1.200,00	1.200,00
11	Alinhamento direção computadorizada	und	1	70,00	70,00
12	Balanceamento rodas computadorizada	und	4	20,00	80,00
13	Cambagem roda dianteira	und	2	80,00	160,00
14	Troca de amortecedor traseiro	und	1	280,00	280,00
				5.168,50	

3.2. O valor **MÍNIMO** indicado como valor selecionado para os serviços, observou, no que foi possível, os procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 65/2021, conforme consta da instrução dos autos.

#### 4. – DA FORMA DE FORNECIMENTO, DO PRAZO DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO

4.1. A forma de fornecimento dar-se-á com a entrega integral do bem

4.2. O prazo de entrega do serviço e seus materiais será de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota de empenho.

4.3. O recebimento do objeto dar-se-á da seguinte maneira:

4.3.1. Provisoriamente, no ato da entrega do bem;

4.3.2. Definitivamente, em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação do serviço executado com a troca das peças e consequente aceitação.

4.4. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no serviço ou nas peças, fica a Contratada obrigada a efetuar as correções ou substituições necessárias, sem ônus para o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará CRMV-CE.

4.4.1. A troca deverá ocorrer em no máximo 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação.

#### 5 – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Pelo fornecimento do(s) serviço(s) e dos bem(ns), o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total fixo e irrevogável, conforme o valor empenhado em favor do fornecedor com a proposta vencedora mais vantajosa.

5.1.1. O pagamento ocorrerá até o 10º (decimo) dia útil após o recebimento definitivo do veículo, mediante a apresentação e o ateste da Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição do serviço e dos produtos correspondentes a execução do mesmo, sendo realizado por depósito em conta corrente quando for CEF ou boleto bancário.

5.1.1.1. Poderá ser aceito o fracionamento de Nota fiscal (Serviço e Material) se for da necessidade do

fornecedor para bens de recolhimento e ou impostos no CNAE da empresa.

5.1.2. Estão incluídos no valor pactuado para o fornecimento dos serviços todos os custos e despesas destinados ao seu fornecimento, inclusive o frete e possíveis encargos e/ou impostos.

5.1.3. Deverá ser apresentada Nota Fiscal/Fatura/Boleto com todo o detalhamento/especificação dos serviços e materiais, assim como os quantitativos e seus respectivos valores unitários.

## **6 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **6.1. Compete ao CONTRATANTE:**

6.1.1. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos ao fornecimento do objeto, em especial quanto à execução, aplicação de sanções e alterações;

6.1.2. Efetuar os pagamentos nos prazos e formas definidos.

### **6.2. Compete à CONTRATADA:**

6.2.1. Fornecer o(s) serviço(s) e produto(s), que deverá ser entregue no endereço deste CRMV-CE – Rua Dr. José Lourenço, 3288 – Joaquim Távora – Fortaleza -CE, CEP: 60.115-282, no prazo definido no item 4.2;

6.2.2. Suportar todos os custos para o fornecimento do produto, sendo de sua exclusiva responsabilidade a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas (inclusive transporte e refeição), securitárias, taxas, transportes e equipamentos que incidam ou venham a incidir sobre a prestação de serviços objeto desta Autorização de Compra;

6.2.3. Suportar todos e quaisquer compromissos e ônus assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução, integral ou não, ou inexecução do presente fornecimento, bem como por qualquer dano causado em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

6.2.4. Apresentar o boleto, fatura ou nota fiscal referente ao produto;

6.2.5. Não transferir ou subcontratar a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto;

6.2.6. Manter-se, durante o fornecimento do(s) objeto(s) material(s), em situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

6.2.7. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, foram vítimas seus empregados durante a execução/fornecimento do Objeto; e

6.2.8. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução do Objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

6.2.9. Prestar garantia do(s) produto(s) material(as) de mínimo dentro limite do previstos na Lei nº 8.078/90.

### **6.3. É vedado à CONTRATADA:**

6.3.1. Veicular publicidade acerca desta Autorização de compra, salvo se obtida expressa autorização escrita do CONTRATANTE.

## **7. – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos incisos I, III e IV do § 7 do artigo 156 poderão ser aplicadas cumulativamente, podendo o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

7.1.1. Advertência, a ser feita com notificação por meio de ofício, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas.

7.1.2. Multa, nos seguintes termos:

a) pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não

entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;

b) pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;

c) pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;

d) pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;

e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada ou no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

7.1.2.1. As multas estabelecidas no subitem 7.1.2 podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, após regular processo administrativo, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação pelo CONTRATANTE, sendo permitida a retenção de créditos para sua liquidação.

7.1.2.2. Se o valor da multa não for pago ou depositado, a importância devida será cobrada administrativa e/ou judicialmente;

7.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto persistirem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que tiver aplicado a penalidade;

7.2. As sanções previstas nos subitens "7.1.1", "7.1.3" e "7.1.4" poderão ser aplicadas cumulativamente à penalidade de multa.

## **8. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. Nos termos do art. 140 inciso I e II da Lei nº 14.133/2021, são designados como as pessoas responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da entrega do serviço o Servidor **Carlos José de Freitas Pereira** - Mat. 010.

## **9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes deste objeto estão previstas sob a Rubrica: 6.2.2.1.1.01.02.01.001.039 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEICULOS - 6.2.2.1.1.01.02.02.006.018 MANUTNÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEICULOS.

## **10. DA PUBLICAÇÃO**

10.1. A publicação do extrato da presente aquisição será dispensada em razão dos princípios da eficiência e da economicidade, conforme orientação extraída do Acórdão TCU - Plenário nº 1336/2006.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Todas as condições previstas neste Instrumento, em especial as sanções administrativas, regulam-se pela Lei nº 14.133/2021, sendo parte integrante da futura Nota de Empenho, que será emitida em favor fornecedor vencedor, razão pela qual o fornecedor não poderá alegar afastamento das obrigações.

Fortaleza, 31 de julho de 2024

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

---

Ivadora Lima Tabosa  
**Agente de Contratação**  
Matrícula CRMV-CE nº 113

12. **DA APROVAÇÃO/AUTORIZAÇÃO**

**12.1.** Com base no inciso II, art. 14, e art. 51 do Decreto 10.024/2019, aprovo o termo de referência e encaminhamento dos autos ao setor competente do CRMV-CE para realização dos procedimentos necessários.

---

Daniel de Araujo Viana  
Presidente do CRMV-CE

Documento assinado eletronicamente por:

- **Ivadora Lima Tabosa, Pregoeira do CRMV-CE - CMSUP - CPL/CE**, em 31/07/2024 13:33:10.
- **Daniel de Araújo Viana, Presidente do CRMV-CE - FGSUP - PR/CE**, em 31/07/2024 15:14:45.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 31/07/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.cfmv.gov.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 324806  
Código de Autenticação: 7a86fc64f7



Rua Dr. José Lourenço, 3288, Joaquim Távora, Fortaleza / CE, CEP 60115-282